

TRABALHO DOCENTE NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO HUMANA

Thaís Laina Pereira Lima – Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Resumo

Esse trabalho tem como tema o “Trabalho docente no processo de escolarização de estudantes com deficiência na Educação Básica”. Para a discussão e análise dessa temática, fundamentou-se nos aspectos teórico-metodológicos do Materialismo Histórico-Dialético, da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Para isso foi utilizado os seguintes teóricos: Vigotski (2008); Leontiev (1978); Saviani (2015), entre outros. Os dados foram coletados no Google Acadêmico e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, na qual foram localizados e posteriormente analisados artigos, dissertações e teses. Nos resultados constatou-se que para um trabalho docente que possibilite a escolarização de estudantes com deficiência, é preciso compreender as múltiplas determinações presentes nesse processo. Quer dizer, o trabalho docente do professor na escola não está isolado das questões sociais, econômicas, políticas presentes no atual contexto. Diante disso, é constatado que a formação humana dos estudantes com deficiência necessita de processos educativos que foque no desenvolvimento de suas potencialidades, isto é, através da apropriação dos conhecimentos científicos produzidos historicamente, criando condições para o seu desenvolvimento pleno, porém é preciso superar os desafios presentes.

Palavras-chave: Trabalho Docente na Educação Básica; Escolarização de estudantes com deficiência; Formação Humana.

1 Introdução

O trabalho docente no seu processo histórico e social expressa um movimento de grandes desafios, especialmente na realidade educacional do século XXI. Pensando na realidade da educação brasileira, é importante destacar que ele sofreu impactos advindos dos movimentos que perpetuaram e perpetuam o complexo da educação no país. Tais impactos estão relacionados às dimensões objetivas e subjetivas que formam a realidade educacional,

pois não se pode pensar o trabalho docente isolado dos aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos que o constituem como totalidade.

Em consonância com essa afirmação, Kosik (1976) nos ajuda a entender a importância de considerar a prática docente de forma contextualizada, tendo em vista a complexidade que se constituem a realidade objetiva. Nesse sentido, as dimensões históricas, sociais, econômicas e políticas perpassam a formação docente, a compreensão acerca do papel da educação, em especial da educação escolar no processo de escolarização dos estudantes, a realidade da educação escolar no Brasil e o seu movimento dentro da sociedade capitalista.

A preocupação amplia quando se refere ao trabalho docente desenvolvido na educação básica, em especial no processo de escolarização de estudantes com deficiência. Quer dizer, entendemos que a preocupação é maior no processo de escolarização de estudantes com deficiência, tendo em vista se tratar de indivíduos que fazem parte do público da Educação Especial, a qual condiz com um público que tem sido histórico e socialmente excluído e, portanto, marginalizado na sociedade brasileira. Visto isso, a nossa defesa é que o estudante com deficiência tenha condições de se desenvolver como ser humano, assim como qualquer outro estudante.

Tuleski, Facci e Barroco (2013), ressaltam que a escolarização é imprescindível para todos, e deve ter como foco a coletividade, pois todos necessitam alcançar a capacidade de apreender o mundo em sua totalidade. As autoras ainda enfatizam que o processo de apreensão do mundo em sua totalidade é importante, para que todos possam ter condições de atuar nele e ao mesmo colaborar com um trabalho socialmente útil. No entanto, esse processo não é simples, pelo contrário, é bastante complexo, considerando que vivemos em uma sociedade capitalista e que a inclusão não está desarticulada da exclusão, que segrega e leva a desumanização dos estudantes com deficiência dependendo das condições presentes no seu processo de formação humana.

Nessa direção, pensar um processo de inclusão/exclusão como uma das mediações que orientam o processo de escolarização de estudantes com deficiência, consideramos necessário pensar também nos desafios do trabalho docente, mas também as possibilidades de os enfrentar e, logo, colaborar na formação humana dos estudantes com deficiência. Com isso, no intuito de ampliar a compreensão sobre essa problemática, o objetivo deste trabalho acadêmico é analisar o trabalho docente no processo de escolarização de estudantes com

deficiência na Educação Básica, considerando os desafios e possibilidades para a formação humana.

Para isso, a discussão está fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos do Materialismo Histórico-Dialético, da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Esses fundamentos defendem a concepção de uma realidade como concreta, em que o indivíduo é compreendido como ser vivo e social que está em constante movimento e se desenvolve através das relações sociais conforme as condições presentes na realidade. Assim, damos início a discussão.

2 A educação para a formação humana: mediando a apreensão do trabalho docente no processo de escolarização de estudantes com deficiência na Educação Básica

Ao pensarmos um trabalho docente que possibilite a escolarização de estudantes com deficiência, e, portanto, a sua formação humana, é fundamental ter clareza da concepção de formação humana defendida. Nessa direção, Vigotski (2008), nos ajuda a entender que o indivíduo não nasce humano, isto é, a condição de humano não lhe é garantida através do desenvolvimento biológico, mas através do desenvolvimento histórico e social. Assim, afirmar que o indivíduo é um ser concreto, isto é, um ser de múltiplas determinações, significa dizer que o trabalho, a cultura, as relações sociais, o processo de vida, os grupos pertencentes, a classe econômica e as condições de vida etc., constituem esse processo de tornar-se humano.

Nesse sentido, reiteramos que o nosso olhar acerca do humano perpassa pelo entendimento de que esse humano é um ser social. Em outros termos, que a sua garantia de humanização é determinada pelas condições concretas presentes no seu contexto social, isto é, na realidade a qual esse indivíduo se integra. São as condições concretas que vão determinar o desenvolvimento psíquico do indivíduo e, portanto, contribuir ou não para a sua formação humana.

Com isso, queremos dizer que a possibilidade do desenvolvimento psíquico depende das condições objetivas e subjetivas da realidade e que o processo de formação humana do indivíduo somente é possível quando ele se apropria da cultura historicamente produzida. Nessa direção, Leontiev (1978) destaca que o processo de apropriação tem como principal característica a criação de novas aptidões e novas funções psíquicas no indivíduo. São essas novas aptidões que possibilitam que o indivíduo supere a mera adaptação, mas tenha

condições de transformar a si mesmo e a realidade objetiva. Esse processo de transformação que supera a mera adaptação do indivíduo é possível através de uma atividade vital, que dar forma ao ser humano; o trabalho.

O trabalho constitui o ser humano. É por intermédio de sua atividade laborativa que os seres humanos humanizam a natureza, a si próprios e asseguram não apenas a produção de sua existência material imediata, mas também a reprodução mediada de sua vida social (ANTUNES, 2018, p. 121).

Como visto, fica evidenciado que o trabalho como concebemos aqui é ontológico, isto é, que visa a transformação da natureza. Dito isso, vale destacar que tal trabalho é a matéria da vida social, que visa a criação de possibilidades de ampliação, considerando as necessidades humanas, assim, como atividade vital, o trabalho dar forma ao ser humano, possibilitando que o indivíduo além de se adaptar a natureza, também crie condições para transformá-la. Tecidas essas considerações, destacamos que o trabalho como atividade vital contribui para o desenvolvimento do psiquismo humano, isto é, para o processo de desenvolvimento do ser consciente.

Em outras palavras, a constituição do ser consciente perpassa pela sua tomada de consciência das contradições existentes entre capital e trabalho, isto é, mas do quer saber explicar como funciona essa oposição, é necessário entender como funciona. Esse processo de entendimento acerca do processo de alienação do trabalho considerando que vivemos em uma sociedade capitalista que produz consciência alienada.

Nessa direção, destacamos que a constituição do ser consciente perpassa pelo desenvolvimento da atividade, mas não qualquer atividade, mas uma atividade consciente. Nesse sentido, como destacamos que o trabalho ontológico como uma atividade vital para a formação humana e para a garantia da reprodução da vida social, como complexo social fundado do trabalho destacamos a educação. Sendo a educação um dos complexos que garante a reprodução da vida social e a constituição do ser consciente, portanto, da emancipação humana.

A educação como um complexo social fundado do trabalho é um dos complexos sociais que visa a garantia da reprodução social, sendo uma prática exclusiva humana (Saviani, 2015). Nessa direção, a educação é fundamental para o processo de constituição humana do indivíduo, considerando que a mesma como prática social trabalha diretamente com a formação da consciência. Assim, nos convém ressaltar que não é qualquer educação que visa a garantia de humanização do indivíduo. A educação que não visa o processo de

humanização do indivíduo, deforma este, provocando o seu processo de desumanização, portanto, de alienação.

Na educação escolar, Saviani (2015) nos ajuda a entender que o processo de humanização é objetivado quando os estudantes conseguem se apropriar dos conhecimentos historicamente produzidos, além de terem condições de formar novos conceitos no processo de ensino e aprendizagem. É nesse sentido que destacamos o trabalho docente.

Ao pensarmos um trabalho docente que tenha como perspectiva a formação humana, é fundamental entender a práxis nesse processo. Como destaca Noronha (2010, p. 8), “[...] a *práxis* é uma categoria fundamental para a construção tanto de uma Teoria do Conhecimento quanto para a compreensão da Formação do Educador”. Assim, a categoria práxis nos ajuda entender no processo de desenvolvimento do trabalho docente com os estudantes que é importante considerar que há um indivíduo que se relaciona com a realidade objetiva e ao mesmo tempo é transformado por tal realidade (Noronha, 2010).

Essa questão do trabalho docente a favor do processo de humanização nos motiva a fazer o seguinte questionamento: Quais desafios e possibilidades de um trabalho docente para formação humana na Educação Básica? Entendemos que essa é uma questão complexa, porém Politzer (1970) nos ajuda a entender que um dos desafios que dificulta a formação de indivíduos emancipados é o fato de sermos educados na lógica formal, não dialética e o professor como indivíduo inserido nessa realidade também teve esse tipo de formação.

Na Educação Básica, consideramos que o trabalho para formação humana é bem mais desafiador, pois como destaca Oliveira (2020, p. 30) “o Brasil convive historicamente com uma oferta educativa muito desigual, o que compromete a plena realização do direito à educação”. Essa desigualdade é acentuada quando destacamos a realidade das escolas de educação básica, sobretudo no contexto de ensino público, tendo em vista que as condições subjetivas e objetivas na maioria das escolas comprometem um trabalho docente que vise a formação humana, conseqüentemente o processo de escolarização de qualidade dos estudantes.

Apesar de garantido em lei como um direito de todos os cidadãos brasileiros, ainda são muitos os aspectos que contribuem para a desigualdade da oferta educativa no país, e talvez o mais importante aspecto seja justamente a infraestrutura das escolas. As condições das paredes assim, como a iluminação, a ventilação, o tamanho das salas e das áreas de recreação e descanso, a existência de banheiros com as devidas instalações hidráulicas em bom estado, entre outros fatores, determina o quão uma escola está equipada de forma adequada para oferecer boas condições de trabalho e aprendizagem (OLIVEIRA, 2020, p. 30).

Como destacado por Oliveira (2020), entendemos que as condições objetivas determinam a qualidade do trabalho do professor, somado a isso, tem as condições subjetivas, como a qualidade de formação desse professor, as necessidades formativas advindas das demandas presentes nas escolas, de forma específica no processo de desenvolvimento dos estudantes, o que nos leva a perguntar: a formação do professor de educação básica no Brasil dar condições para um trabalho docente que vise a formação humana dos estudantes? Essa é uma questão que vale a pena ser analisada, pois o que presenciamos é que a escolarização dos estudantes no Brasil, sobretudo na educação básica ainda é comprometida pela desigualdade social que assola o nosso país, principalmente no contexto do ensino público a qual a maioria dos estudantes vivem em situação de vulnerabilidade e a precarização docente é mais visível.

Sendo assim, refletimos que esse processo de escolarização, considerando tais questões discutidas anteriormente se torna mais delicado quando pensamos o trabalho docente com os estudantes com deficiência, tendo em vista ser um público que no movimento histórico-social foi e infelizmente ainda é negligenciado e excluído e na escola não é diferente.

Vigotski (2021) nos ajuda a entender que a deficiência como uma construção histórica e social, transcende a lógica biológica e que, portanto, os indivíduos com deficiência são derivados dessa construção, que não limita a sua condição biológica, mas que também é um indivíduo que tem a possibilidade de se desenvolver como um ser humano. Em outros termos, o que a perspectiva vigotskiana quer que entendamos é que o foco não deve ser a deficiência que o indivíduo possui, mas as potencialidades que ele pode vir a desenvolver e tais potencialidades dependem das condições objetivas e subjetivas que determinam esse processo. Nesse caso, o trabalho desenvolvido pelo professor na escola com os estudantes com deficiência deve favorecer o desenvolvimento das potencialidades que vão dar condições para que esses estudantes se desenvolvam como seres humanos.

Segundo Tuleski, Facci e Barroco (2013), o processo de escolarização na escola considera a presença de conteúdos escolares que provocam a emergência e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, isto é, provocam o desenvolvimento dos estudantes presentes nela, independente se possui deficiência ou não. Com isso, enfatizamos que sim, é possível que os estudantes com deficiência possuam uma escolarização que favoreça o seu processo de humanização. No entanto, é importante que se tratando aqui do trabalho do

professor com esse público, que seja um processo favorável, pois não é algo que depende somente do professor ou do estudante.

Assim, devemos ter cuidado com a culpabilização no processo de escolarização de estudantes com deficiência, tendo em vista que esse processo faz parte de um todo maior, faz parte de uma conjuntura educacional que está incluída em uma estrutura maior, dominada pelo capitalismo. Através disso, devemos analisar nesse processo as condições subjetivas e objetivas de inclusão. Nesse sentido, consideramos urgente um trabalho docente que favoreça a formação humana dos estudantes com deficiência, a fim de superar situações que as alienam, as deixando à margem da sociedade, conseqüentemente as desumanizando.

3 Metodologia

Com o intuito de atender o objetivo da pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica consultamos pesquisas nos bancos: Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para chegar aos trabalhos, usamos os seguintes descritores: Trabalho docente, Educação Básica e estudantes com deficiência. Foram pesquisados trabalhos de 2018 a 2021, na qual localizamos e, posteriormente analisamos 09 trabalhos, classificados como tese (01), dissertações (04) e artigos (04). Para a análise e discussão dos resultados encontrados nos trabalhos, categorizamos em “desafios do trabalho docente na escolarização de estudante com deficiência relacionado as condições objetivas e subjetivas”. Assim, nos dando condições de analisar o trabalho docente no processo de escolarização de estudantes com deficiência na Educação Básica, considerando os desafios e possibilidades para a formação humana.

4 Desafios do trabalho docente na escolarização de estudantes com deficiência relacionados às condições objetivas e subjetivas: dialogando com as pesquisas

Nesse tópico temos como intuito dialogar com pesquisas realizadas trazendo elementos que revelam os desafios enfrentados pelo professor no seu trabalho com os estudantes com deficiência, enfatizando que esses desafios são amplos e complexos. Em outras palavras, damos ênfase que as condições objetivas (condições materiais postas na

realidade concreta) e subjetivas (formação docente) que formam uma unidade que orienta e efetiva a atividade docente. Assim, mediando a prática docente com os estudantes com deficiência e determinando as possibilidades de desenvolvimento humano deles. Com isso, damos início a descrição e análise dos desafios do trabalho docente no processo de escolarização de estudantes com deficiência.

Na tese de Hora (2020) intitulada “Práticas Pedagógicas inclusivas: percepção das educadoras brasileiras e lusitanas”, a autora evidenciou que as professoras investigadas na pesquisa revelaram, a seu modo, o que concerne a inclusão contemporânea na Educação Básica e a urgência de debates a esse respeito, para que tais ações estejam fundamentando as essencialidades dos conhecimentos epistemológicos para a prática profissional docente e a natureza que podem desvelar identidades pedagógicas que suscitam mais interpretações e investigações educacionais por seus atores.

Na dissertação de Evangelista (2019) intitulada “Formação e atuação de professores de alunos com deficiência” mostraram a necessidade de mudar os rumos dos cursos de formação inicial dos professores, além da relevância de ser ampliada a oferta de formação continuada para os professores em serviço, haja vista que poucos tiveram oportunidade de participar de formação continuada nos últimos três anos. Somado a isso, a pesquisa ainda revelou que os professores possuem pouca compreensão do que realmente é sua função e a forma como devem atuar com os estudantes com deficiência.

Podemos constatar através das pesquisas de Hora (2020) e Evangelista (2019) que o desafio que perpassa o trabalho docente no processo de escolarização de estudantes com deficiência estar nos processos formativos que ainda são insuficientes e que revelam a oferta de uma educação de qualidade aquém a que é necessária para que o estudante com deficiência venha a se humanizar. Ambas as pesquisas revelam situações que são caras à educação especial, sobretudo quando é enfatizado a insuficiência de formação dos professores no ensino regular para atuar com os estudantes com deficiência. Noronha (2010) nos ajuda a entender que esse processo é um tanto quanto complexo, pois há vários elementos que afetam a formação docente, em especial quando tratamos da Educação Básica e a escolarização dos estudantes com deficiência, onde o processo se torna ainda mais delicado.

A efetividade do conhecimento depende das condições historicamente dadas da existência do sujeito, da subjetividade dos sujeitos e das relações que são construídas, pois o conhecimento não existe separado do homem. [...] O princípio do conhecimento unitário (que articula universal e particular; objeto e sujeito; teoria e prática; objetividade e

subjetividade; estrutura e conjuntura; conhecimento tácito e conhecimento científico) se constitui como uma epistemologia da formação de professores em contraposição à formação fragmentada e rarefeita que caracterizam os cursos de formação (NORONHA; 2010, p. 17-18).

Dialogando com Noronha (2010), entendemos que o processo de formação de professores enfrenta uma luta entre uma formação que contribua para uma educação emancipadora, isto é, que possibilite a humanização dos estudantes. No entanto, o modelo de educação que predomina na sociedade é uma educação que atende aos interesses do capital. Nessa direção, uma educação que fragmenta o indivíduo, contribuindo para o seu processo de desumanização e que infelizmente perpetua nos cursos de formação de professores.

Os cursos de formação de professores ainda estão atrelados a uma formação unilateral, justamente por não estarem alheios ao modelo de educação defendido pelo capital, o que acaba refletindo nas práticas pedagógicas do professor com o estudante com deficiência. Tal situação estar presente na pesquisa de Brockveld (2022):

Brockveld (2022) na sua pesquisa intitulada “Educação Infantil como espaço de inclusão da criança com deficiência” constatou em seus resultados que essas crianças estão sendo privadas de conhecimentos científicos, que apesar da existência de um planejamento feito pelos docentes, evidenciou a ausência de atividades de ensino e aprendizagem que possibilite o desenvolvimento das crianças da Educação Infantil, conseqüentemente dificultando sua escolarização. Quando temos como fundamento a perspectiva histórico-crítica acerca da realidade social, entendemos que o elemento que possibilita a humanização do indivíduo é a apropriação da cultura historicamente produzida, o que na educação escolar é possibilitado pela apropriação e objetivação dos conhecimentos científicos.

Nessa direção, negar os conhecimentos científicos à criança com deficiência na Educação Infantil, é negar também as possibilidades do desenvolvimento de potencialidades que essa criança pode vir a desenvolver. Nesse sentido, Martins (2019) defende a importância de uma prática pedagógica na Educação Infantil que leve os professores a conceberem os conteúdos escolares das práticas pedagógicas em uma lógica dialética, tendo em vista que essa etapa no processo de desenvolvimento do indivíduo deveria enriquecer e oportunizar a criança a apropriação do máximo de cultura possível.

No entanto, é importante esclarecermos que a culpabilização ao professor nesse processo mencionado anteriormente não está em questão, sabemos o quanto é complexo e que não há uma receita pronta. Em outros termos, significa dizer que a concepção do professor

acerca do indivíduo com deficiência é fundamental, pois tal concepção determina também o seu trabalho com esse estudante e as possibilidades de desenvolvimento humano desse indivíduo na educação escolar.

Ferreira (2020) ao fazer destaque a compreensão dos professores sobre as práticas pedagógicas e a criança com autismo evidenciou como desafio nesse processo o fato das práticas dos professores ainda se encontrarem em um conflito com perspectivas de acento biológico, apesar dos professores em sua maioria, apresentarem uma concepção teórico-metodológica condizente com a Teoria Histórico-Cultural, entrando em contradição com a referida concepção. Tuleski (2008) nos ajuda a entender que quando compreendemos o indivíduo por meio de perspectivas que o limitam à lógica biológica, estamos entendendo o indivíduo por meio de uma concepção que não mostra a possibilidade de transformação desse indivíduo.

Nos levando ao alerta de que isso é uma situação preocupante, pois as impossibilidades de transformação travam as possibilidades de desenvolvimento humano, pois somos seres em movimento. Assim, outra questão bastante preocupante no trabalho do professor com os estudantes com deficiência e que pode ajudar na negação a sua humanização é a forma como eles são concebidos na sociedade, de forma especial pelo professor e que tem consequências serias no seu processo de escolarização.

Visto isso, o que a pesquisa de Ferreira (2020) destaca é que o professor ainda não superou a compreensão de um indivíduo que possui seu desenvolvimento limitado pelas condições biológicas e que é preciso superar para que suas práticas sejam orientadas pela perspectiva histórico-cultural. Assim, entendendo que as diferenças biológicas do estudante com deficiência não impossibilitam que ele aprenda e se desenvolva como qualquer outro estudante em processo de escolarização.

Em relação a uma boa educação escolar ofertada a todos, a teoria vigotskiana nos leva a compreender que tanto a conduta humana a ser desenvolvida pelo ensino quanto a valoração atribuída à escola são histórica e socialmente datadas. Ela nos leva também a compreender que os limites podem ser vencidos mediante compensação, isto é, pela elaboração de emprego de estratégias de substituição das funções comprometidas pelas íntegras, estabelecendo vias colaterais de desenvolvimento, de modo que não haja obstáculos à relação do indivíduo com o mundo. Sobre o desenvolvimento diferenciado pela deficiência, podemos ainda dizer que se um indivíduo não tem olhos biológicos para serem transformados em órgãos sociais, possui dedos que precisam assumir a função de decifrar a linguagem codificada em Braile bem como os demais estímulos do meio. Desse modo eles assumem, além da função principal e de aprender, a de capturar sinais pelo tato. Em outras condições, para a teoria em tela, essa atividade de compensação se processa do mesmo modo (TULESKI/ FACCI/BARROCO, 2013, p. 295).

Diante do destaque das autoras, uma das possibilidades para a superação dos desafios enfrentados pelos professores no processo de escolarização dos estudantes com deficiência é entender que através de processos educativos adequados o estudante com deficiência tem condições de ter uma aprendizagem bem-sucedida. No entanto, é importante haver uma mudança de perspectiva acerca da conduta do professor que atua com esse estudante e de condições que favoreça o desenvolvimento de reflexões críticas que o leve a pensar e analisar a sua atividade profissional com o público da educação especial.

No artigo de Lima e Carvalho (2018), que tem como título “Meu mundo caiu!: as significações de uma professora de Ensino Médio sobre a atividade de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais” traz bem essa questão de tomada de consciência do professor acerca de sua atividade com os estudantes com deficiência, o que antes era encarado como desafio que levava a produção de afetos negativos, contribuiu para um alívio acerca das angústias sentidas quando foi oportunizado a reflexão crítica acerca da atividade profissional do docente com os estudantes com deficiência. Vejamos a seguir:

Lima e Carvalho (2018), na investigação desvelaram que a professora participante ao significar a educação inclusiva por “meu mundo caiu”, no desenvolvimento da atividade de ensino-aprendizagem foi superando os sentimentos de angústias produzidas pela descoberta de estudantes com deficiência na sala de aula. Tal superação foi possível à medida que a professora se propôs à transformação e à ampliação de sua atividade de ensino e aprendizagem com esses alunos, quando realizou formação contínua para atuar com esses estudantes e refletir sobre sua atividade profissional, além de apresentar alternativas de ensino e aprendizagem aos estudantes com deficiência no ensino regular. Essa questão mostra que é um passo importante para a superação dos desafios enfrentados pelos docentes, de forma específica quando é um processo situado na educação básica na realidade da escola pública. Valendo considerar que na defesa do processo de escolarização:

[...] a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular, embora esta continue de má qualidade para todos os alunos de baixa renda. O fator de exclusão são as barreiras socioculturais, que nem sempre são visíveis e identificáveis à primeira vista (TULESKI/FACCI/BARROCO, 2013, p. 295).

Esse destaque das autoras vem a justificar que a exclusão dos estudantes com deficiência é consequência de um processo que perpassa aos vários elementos que já destacamos aqui. Muitas vezes pela concepção equivocada acerca desses indivíduos, a falta de

uma formação adequada e a forma como a própria sociedade lida com a condição das pessoas com deficiência, acabam deixando a margem a naturalização de uma inclusão excludente, que não são detectáveis de forma imediata.

Outra questão também que indica ser um desafio do trabalho do professor com estudantes com deficiência estão relacionados a precarização presente nesse processo, em especial no contexto da escola pública. sobretudo na Educação Básica, são bastante complexas. É uma situação que foge do controle do professor e ao mesmo tempo se torna um desafio na sua prática. Vejamos algumas situações:

Na dissertação de Lazamé (2021) que tem como título “As condições de trabalho docente no Atendimento Educacional Especializado na rede estadual de ensino público macapaense (2007-2020)” que foi realizado professores, evidenciou a necessidade de tais professores de recursos financeiros para compra de materiais, a impressão de textos e atividades e a aquisição de jogos pedagógicos para realização de atendimento dos estudantes, além da denúncia acerca da utilização da própria internet para a realização de pesquisas escolares e a falta de uma formação adequada para a atuar com os estudantes com deficiência.

A pesquisa de Santos e Siems (2020) sobre a “escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação do Campo de Boa Vista/RR” apontou como resultados a inexistência de uma estrutura que possibilite o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, além da ausência de uma formação adequada aos professores para atuar com esses estudantes. Essa situação levou a uma defesa dos professores por condições dignas de trabalho.

No artigo de Leite e Silva (2018) que desenvolveu uma problematização acerca dos “Sentidos e Significados atribuídos pelos professores sobre a educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola em tempo integral” evidenciou condições precárias para realização das atividades, o que tem como consequência a negligência dos estudantes com deficiência, constatando que a escola de tempo integral não é benéfica para os estudante com deficiência e que reforça a exclusão/excludente.

No trabalho de Nascimento, Falcão e Evêncio (2022) sobre a “educação dos alunos com deficiência no município de Sobral, CE: experiências e desafios em tempos de ensino remoto emergencial”, foi revelada através das narrativas dos professores investigados que os desafios enfrentados pelos professores vividos na pandemia de Covid-19 estão relacionados a

dificuldade de acesso às tecnologias digitais, a precarização do trabalho docente com os estudantes com deficiência na pandemia.

Os desafios evidenciados nas pesquisas de Lazamé (2021), Santos e Siems (2020), Leite e Silva (2018) e Nascimento, Evêncio e Falcão (2022) indicaram que as condições de trabalho docente presentes foram determinantes para a precarização da atividade do professor com os estudantes com deficiência. Em especial por se tratar de instituições públicas, essa precarização onde as condições de trabalho já enfrentam grandes como ressalta Oliveira (2020). Com isso, tendo como consequência o insucesso formação dos estudantes com deficiência, que foi aprofundado na pandemia, isso porque:

Mesmo considerando todos esses limites, redes de ensino estaduais e municipais, assim como diversas instituições públicas de ensino superior, lançaram mão do “ensino” remoto para cumprir o calendário escolar e o que se observou de maneira geral foi que as condições mínimas não foram preenchidas para a grande maioria dos alunos e também para uma parcela significativa dos professores, que, no mais das vezes, acabaram arcando com os custos e prejuízos de saúde física e mental decorrentes da intensificação e precarização do trabalho (SAVIANI/GALVÃO, 2021, p. 38-39).

Disso se pode depreender que a educação como possibilidades para a formação humana de estudantes com deficiência era um desafio e foi agravado pelas condições impostas pela situação pandêmica e que tornou ainda mais delicado o trabalho do professor que atua com os estudantes com deficiência que já era precarizado. No entanto, é importante deixarmos claro que apesar dos desafios presentes no trabalho docente no processo de escolarização de estudantes com deficiência, não significa dizer que a humanização deles é impossível, mas que os desafios precisam ser superados. Desse modo, consideramos que negar a possibilidade de formação humana dos estudantes com deficiência, é negar a contradição da categoria possibilidade, negando também a relação dialética estabelecida entre inclusão/exclusão.

Diante disso, reiteramos que a educação escolar como possibilidade para a emancipação humana dos estudantes com deficiência, mesmo diante da realidade que vivemos é uma possibilidade. É uma possibilidade porque devemos considerar as contradições presentes, pois as lutas das unidades contrárias inclusão e exclusão estabelecem um movimento, e se existe movimento, há mudança. Contudo, como destaca Saviani (2015) a possibilidade de mudança para o desenvolvimento humano através da educação escolar necessita de criação dos meios de condições para que seja possível a transmissão e assimilação de um saber sistematizado pelos estudantes.

5 Considerações finais

No presente artigo, analisamos as possibilidades de escolarização dos estudantes com deficiência na Educação Básica em meios aos desafios enfrentados pelos professores na atuação com esses estudantes, tendo em vista as condições objetivas e subjetivas que mediam esse processo. Dessa forma buscamos analisar o trabalho docente no processo de escolarização de estudantes com deficiência na Educação Básica, considerando os desafios e possibilidades para a formação humana.

Através das discussões, nos deixou claro que para a possibilidade de um trabalho docente que possibilite a escolarização de estudantes com deficiência, é fundamental entender as múltiplas determinações presentes nesse processo. Nessa visão, é necessário considerar que o trabalho do professor está articulado a um todo complexo.

Disso se pode depreender que diante de um processo complexo que é a educação, sobretudo o trabalho docente o processo de escolarização, as condições subjetivas e objetivas de trabalho se tornam imprescindíveis, inclusive para evitar também a culpabilização do professor ou dos estudantes com deficiência acerca do fracasso escolar nesse processo. Sendo assim, consideramos que a formação humana dos estudantes com deficiência necessita de processos educativos que foque no desenvolvimento de suas potencialidades, isto é, através da apropriação dos conhecimentos científicos produzidos historicamente, criando condições para o seu desenvolvimento pleno, porém é para que isso seja possível, é preciso que os desafios presentes sejam superados.

Referências bibliográficas

- Antunes, C. (2018). *A escola do trabalho: formação humana em Marx*. Campinas: Editora Papel Social.
- Evangelista, R. R. D. N. (2019). *Formação e atuação de professores de alunos com deficiência*. Dissertação de Mestrado. Catalão: UFG.
- Ferreira, S. P. (2020). *Percepção docente sobre as práticas pedagógicas e a criança com autismo*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UCB.
- Hora, G. S. (2020). *Práticas pedagógicas inclusivas: percepção das educadoras brasileiras e lusitanas*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA.
- Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. 7. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra.
- Lazamé, E. S. (2021). *As condições de trabalho docente no atendimento educacional especializado na rede estadual de ensino público macapaense (2007-2020)*. Dissertação de Mestrado. Macapá: UNIFAP.

Leite, M. de M., & Silva, R. H. dos R. (2018). Sentidos e significados atribuídos pelos professores sobre a educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral. *Revista HISTEDBR On-Line*, 18(3), 844–864. <https://doi.org/10.20396/rho.v18i3.8653169>

Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.

Lima, M. R. S., & Carvalho, M. V. C. (2018). “MEU MUNDO CAIU!”: as significações de uma professora de ensino médio sobre a atividade de ensino aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais. *Linguagens, Educação e Sociedade*, 1(1), 159-179.

Martins, M. N. F. (2019). *Prática pedagógica da Educação Infantil mediada pelo brincar: de estratégia de ensino à atividade guia do desenvolvimento integral da criança*. Tese de Doutorado. Teresina: UFPI.

Nascimento, R. de M. do., Falcão, G. M. B. ., & Evêncio, K. M. de M. . (2022). A educação dos alunos com deficiência no município de Sobral, CE: experiências e desafios em tempos de ensino remoto emergencial. *Horizontes*, 40(1), e022071. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1447>

Noronha, O. M. (2010). Epistemologia, Formação de Professores e Práxis Educativa Transformadora. *Quaestio - Revista De Estudos Em Educação*, 12(1). Recuperado de <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/176>

Oliveira, D. A. (2020). Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. *Revista USP*, (127), 27-40. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p27-40>

Politzer, G. (1970). *Princípios fundamentais de filosofia*. São Paulo: Hermus.

Santos, E. R. dos., & Siems, M. E. R. (2020). A escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação do Campo no município de Boa Vista/RR. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 5, e9003. <https://doi.org/10.20873/uftr.rbec.e9003>

Saviani, D. (2015). SOBRE A NATUREZA E ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 7(1), 286–293. <https://doi.org/10.9771/gmed.v7i1.13575>

Saviani, D., & Galvão, A. C. (2021). Educação na pandemia: a falácia do "e; ensino" e; remoto. *Universidade e sociedade: projeto da Andes-Sindicato Nacional*.

Tuleski, S. C. (2008). *Vygotsky: a construção de uma psicologia marxista*. Maringá: Eduem.

Tuleski, S. C.; Facci, M. G. D., & Barroco, S. M. S. .(2013). Psicologia Histórico-Cultural, marxismo e educação. Teoría y crítica de la psicología, 3, 281-301.

Vigotski, L. S. (1997). *Obras escogidas: fundamentos de defectología*. Tomo V. Trad. Julio Guillermo Blank. Madrid: Visor Dist.

Vigotski, L. S. (2008). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.